

À COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

REQUERIMENTO

(Do Sr. Assis Miguel do Couto).

Súmula: Requer a realização de audiência pública para debater as normas que regulamentam a produção e comercialização do leite.

Senhor Presidente,

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer, a Vossa Excelência, com base no artigo 24, incisos III e IV do Regimento Interno, a realização de uma audiência pública desta Comissão para debater a questão da legislação sobre a produção e comercialização do leite, convidando-se, para o evento, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Roberto Rodrigues e o Secretário de Defesa Animal daquele Ministério, senhor Maçao Tadano, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, senhor Miguel Rosetto e o Secretário da Agricultura Familiar desta Pasta, senhor Valter Bianchini, e representantes da Confederação Nacional da Agricultura, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, do Movimento dos Pequenos Agricultores e do Movimento dos Sem Terra.

JUSTIFICATIVA:

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicou uma série de novos regulamentos técnicos para a produção, identidade e qualidade do leite produzido no Brasil, através da Instrução Normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002.

A qualidade desse alimento é importante para a nutrição da nossa população e é uma importante fonte de renda para os agricultores familiares do país. Em uma audiência pública realizada no Ministério da Agricultura no início do ano passado, ficou acordado o prazo de até o ano de 2005 para que as novas medidas sugeridas pelo Executivo fossem implementadas. Com isso, o governo, inclusive, se comprometeu a instituir políticas de incentivo para a integração dos agricultores familiares nesse novo processo produtivo.

A forma como foi implementada a instrução normativa feriu a negociação e discussão que vinha sendo construída em conjunto com as entidades dos agricultores e associações de consumidores. O então ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, pôs todo o processo de negociação a perder quando declarou que as medidas estariam valendo já para as empresas que quisessem se antecipar.

O resultado dessa declaração vem sendo catastrófico. As empresas que aceitaram o convite do ex-ministro para saírem na frente estão promovendo uma verdadeira exclusão de produtores no campo. Sem condições de se adaptarem às regras impostas à força pelas empresas, inúmeras famílias foram jogadas para fora do sistema produtivo.

O município de Adrianópolis, no Paraná, região do Vale do Ribeira, já chegou a produzir 12 mil litros de leite por dia, pois possuía mais de 80 produtores integrados a uma cooperativa. Atualmente, apenas 25 famílias estão fornecendo leite, dentro das novas normas, para uma grande empresa do setor. Outras 20 famílias produzem leite, mas apenas para a própria subsistência ou para a venda do produto *in natura*. Além de diminuir o número de produtores de leite em Adrianópolis, as mudanças impostas deixaram um entreposto de resfriamento de leite da cooperativa parado e com seus equipamentos sem uso.

No Sudoeste do Paraná, o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – SISCLAF, tem um trabalho de sucesso. São seis cooperativas e uma central que organizam a produção e a comercialização dos agricultores familiares da região. Produzem leite de baixo custo, a base de pasto, gerando riquezas e renda a partir da inclusão social.

Naquela região do Paraná, bem como em outras regiões do Rio Grande do Sul, área de atuação da Coorlac, a exclusão não é maior ou nem mesmo chegou ainda a ocorrer porque os agricultores resistem, através de suas entidades, como sindicatos, associações, ou cooperativas de produção.

Em 08.04.2003, o senador Aloísio Mercadante, líder do governo no Congresso Nacional, afirmou que o governo Lula tem uma proposta para “financiar cadeias produtivas que promovam a inclusão social”. Pode-se afirmar, com certeza, que o processo de exclusão promovido pela correria das grandes empresas do setor de laticínios, ancorada em alterações normativas emanadas do próprio Poder Executivo, é contrário ao desejo do atual governo de combater a fome e a miséria, gerando desenvolvimento sustentável.

A agricultura familiar, em todo o Brasil, representa mais de 4 milhões de famílias. Na região Sul, esse setor responde por 80% da produção de leite. Se não rediscutirmos imediatamente os rumos desse processo excludente, semeado e implantado no governo passado, vamos não só estar contribuindo para expulsar milhares de famílias do campo como veremos multiplicar-se em todo o país o exemplo do que aconteceu em Adrianópolis.

Urge que esta Comissão chame para si a responsabilidade de debater este tema com os atores envolvidos, buscando uma solução para o caso.

É por isso que peço o apoio dos Nobre Pares para aprovarmos este Requerimento e para que possamos chamar à esta Casa os representantes do Poder Executivo, na pessoa dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, e Secretários ligadas ao tema, e os diversos segmentos do setor para traçarmos em conjunto os rumos de uma nova política de produção e comercialização de leite, que seja justa, viável, social e economicamente.

Sala da Comissão, em 10 de abril de 2003.

Deputado ASSIS MIGUEL DO COUTO

